



Empresa de Planejamento e Logística S.A.

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

www.epl.gov.br

institucional@epl.gov.br



Em conformidade com os incisos I e VIII do Art. 8º, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração (CONSAD) subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2021.

CNPJ: 15.763.423/0001-30

NIRE: 53500004874

Endereço: Edifício Parque Cidade Corporate - Torre C, SCS Quadra 9, Lote C, 7º e 8º andares, Brasília - DF.

CEP: 70308-200

Tipo de estatal: Empresa Pública.

Acionista controlador: União, por meio do Tesouro Nacional.

Tipo societário: Sociedade Anônima.

Tipo de capital: Fechado.

Abrangência de atuação: Nacional.

Sector de atuação: Infraestrutura, pesquisa, tecnologia da informação e logística.

Diretor de Gestão: Marcelo Guerreiro Caldas – Telefone: 3426-3727 - E-mail: marcelo.caldas@epl.gov.br.

Auditores Independentes atuais da empresa: TATICCA Auditores Independentes S.S.

CNPJ (Matriz): 20.840.718/0001-01

Endereço: Rua Doutor Geraldo Campos Moreira, 375, sala 51, Cidade Monções, São Paulo - SP

CEP: 04571-020

Tel: (011) 3062-3000

E-mail: taticca@taticca.com.br.

CONSELHEIROS DE ADMINISTRAÇÃO SUBSCRITORES DA CARTA ANUAL

Natália Marcassa de Souza

***.513.838-**

Marcello da Costa Vieira

***.332.167-**

Diogo Piloni e Silva

***.683.001-**

Martha Seillier

***.397.141-**

Fábio Hideki Ono

***.000.388-**

ADMINISTRADORES SUBSCRITORES DA CARTA ANUAL

Arthur Luis Pinho de Lima

Diretor-Presidente

***.777.568-**

Rafael Antônio Cren Benini

Diretor de Planejamento

***.011.918-**

Marcelo Guerreiro Caldas

Diretor de Gestão

***.957.061-**

SUMÁRIO

04 POLÍTICAS PÚBLICAS

05 A Empresa de Planejamento e Logística – EPL

07 Interesse público subjacente às atividades empresariais

08 Atividades desenvolvidas e políticas públicas

08 Estruturação de projetos para concessão e licenciamento ambiental

09 Projetos Entregues

10 Estudos e Ferramentas de Apoio à Decisão (Observatório Nacional de Transporte e Logística - ONTL)

11 Planejamento de Infraestrutura de Transportes

11 Atividades Desenvolvidas em Prol da Sustentabilidade Ambiental

14 Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas

14 Dados econômico-financeiros e desempenho

17 Comentários dos administradores

22 GOVERNANÇA CORPORATIVA

24 Estruturas de controles internos e gestão de riscos

25 Atividades em gerenciamento de riscos

26 Políticas e práticas de governança corporativa

POLÍTICAS PÚBLICAS



A EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA – EPL

A Empresa de Planejamento e Logística S. A. (EPL) é uma empresa estatal constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, com personalidade jurídica de direito privado, com base na Lei nº 12.404, de 04 de maio de 2011 (alterada pela Medida Provisória nº 576, de 15 de agosto de 2012, convertida na Lei nº 12.743, de 19 de dezembro de 2012). A Companhia é vinculada ao Ministério da Infraestrutura (MInfra), e iniciou suas operações em 2012.

A EPL tem por objeto:

- I. prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da infraestrutura, da logística e dos transportes no País, consideradas as infraestruturas, plataformas e os serviços pertinentes aos modos rodoviário, ferroviário, dutoviário, aquaviário e

aeroviário; e

- II. planejar e promover o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade de forma integrada com as demais modalidades de transporte, por meio de estudos, pesquisas, construção da infraestrutura, operação e exploração do serviço, administração e gestão de patrimônio, desenvolvimento tecnológico e atividades destinadas à absorção e transferência de tecnologias.

Atualmente, o inciso I é o principal objeto social de execução da Empresa. Sua motivação segue a orientação do Governo Federal que manteve o compromisso de criar oportunidades de investimentos e fomentar a geração de renda e emprego, dando celeridade aos projetos de infraestrutura.

A EPL, comprometida com as políticas públicas e buscando priorizar o interesse coletivo, persegue os ideais presentes em seu Planejamento Estratégico Institucional por meio da sua Missão, Visão e Valores. São eles:



MISSÃO

Planejar a logística e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura de transportes.



VISÃO

Ser parceira estratégica do planejamento e desenvolvimento da infraestrutura brasileira.



VALORES

- Transparência;
- Sustentabilidade;
- Inovação;
- Pessoas;
- Ética; e
- Integridade.

Destaca-se que toda a atuação da empresa se encontra direcionada pelo seu planejamento estratégico, consolidado no mapa estratégico abaixo, o qual contém os oito objetivos estratégicos da instituição, sendo os que estão mais afetos às políticas públicas são àqueles que se encontram nas perspectivas de clientes e sociedade:

FINANCEIRA

Gerenciar a sustentabilidade financeira

CLIENTES E SOCIEDADE

Diversificar e formalizar portfólio

Consolidar evolução do negócio da EPL

Centralizar o Planejamento de infraestrutura logística

PROCESSOS INTERNOS

Priorizar atividades finalísticas que geram mais valor

Aprimorar a Governança Institucional

PESSOAS E CONHECIMENTO

Valorizar o Capital Humano e a Propriedade Intelectual da EPL

Adequar o ambiente tecnológico para apoiar os negócios da EPL

INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

As atividades desempenhadas pela EPL estão alinhadas às políticas e aos planos do Governo Federal e do Ministério da Infraestrutura e contribuem para o desenvolvimento da infraestrutura logística de transportes, de planejamento de infraestrutura de transportes, licenciamento ambiental, estruturação e modelagem de projetos para concessão e disponibilização de estudos e ferramentas de apoio à decisão. Essas atividades atendem ao interesse coletivo de prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da logística e dos transportes do país.

Assim, e apesar de não executar políticas públicas diretamente, as atividades desenvolvidas pela EPL subsidiam outros órgãos, notadamente o MInfra, na formulação e execução de tais políticas, estando a Companhia diretamente envolvida nos seguintes programas do Plano Plurianual 2020-2023:

- Transporte Aquaviário, cuja diretriz é a ampliação do investimento privado em infraestrutura orientado pelo planejamento de longo prazo associada à redução da insegurança jurídica. O objetivo é promover a eficiência, a qualidade e a segurança do sistema de transporte aquaviário, aumentando a sua disponibilidade e competitividade.
- Transporte Terrestre e Trânsito, cuja diretriz é a ampliação do investimento privado em infraestrutura orientado pelo planejamento de longo prazo associada a redução da insegurança jurídica. O objetivo é promover a eficiência do sistema de transporte terrestre e trânsito.

Além desses, a Empresa influencia indiretamente os seguintes programas finalísticos:

- Aviação Civil, cuja diretriz é a ampliação do investimento privado em infraestrutura orientado pelo planejamento de longo prazo associada à redução da insegurança jurídica e o objetivo é incrementar a eficiência, a segurança e a qualidade da aviação civil.
- Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais, cuja diretriz é a promoção do uso sustentável e eficiente dos recursos naturais, considerando custos e benefícios ambientais. O objetivo é fortalecer a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios do uso da Biodiversidade e dos Recursos Naturais, de forma a combater e reverter as suas perdas e a redução dos serviços ecossistêmicos, por meio de políticas públicas integradoras.
- Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano, tendo como diretriz a ampliação do investimento privado em infraestrutura, orientado pela associação entre planejamento de longo prazo e redução da insegurança jurídica. O objetivo é estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana, e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas, em múltiplas escalas.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Na construção das atividades que atenderão ao interesse público, considera-se no planejamento da Companhia as diretrizes do Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) anual bem como a Política Nacional de Transportes do Ministério da Infraestrutura.

Neste sentido, a EPL coopera com a Política Nacional de Transportes – PNT promovendo o planejamento de longo prazo e a concessão de ativos de infraestrutura, além de desenvolver ferramentas de apoio à decisão para a implantação e a gestão de infraestrutura e de transportes.

É importante destacar que a Política Nacional de Transportes visa induzir o desenvolvimento socioeconômico sustentável e a integração

nacional e internacional, tendo como ponto de partida a oferta de infraestrutura e serviços de transportes, objetivando incrementar a competitividade do Brasil no mercado internacional e minimizar as diferenças do país.

Neste diapasão, contribui-se com a redução das desigualdades regionais, especialmente daquelas que tenham por finalidade estimular o desenvolvimento do sistema logístico nas Regiões Norte e Nordeste e em outras áreas territoriais abrangidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Os projetos desenvolvidos vinculam-se ao interesse público que justificou a criação da EPL e ao objeto social da Companhia.

ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS PARA CONCESSÃO E LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A Companhia coordena a elaboração dos estudos técnicos de projetos destinados a concessões e arrendamentos de portos, ferrovias e rodovias. Concluídos os estudos, é realizado o apoio ao Ministério da Infraestrutura e às agências reguladoras ao longo de todo o processo até a realização do leilão correspondente.

Nesse âmbito, desenvolve-se a articulação institucional entre as partes envolvidas no programa de concessões e a certificação da qualidade dos estudos técnicos, promovendo maior segurança jurídica ao empreendimento e aos investimentos.

A EPL também é responsável pela gestão e licenciamento ambiental de projetos de infraestrutura logística, cujas licenças obtidas viabilizam obras de manutenção, melhoria de capacidade, restauração ou instalação de novos empreendimentos.

Com todo esse trabalho, aumenta-se a atratividade dos projetos, diminuindo os riscos associados às concessões.

PROJETOS ENTREGUES

Atuamos, em 2021, nos estudos de estruturação de projetos entre portos, ferrovias e rodovias para concessão.

Rodovias

BR-116/101/SP/RJ (Dutra)

BR-381/262/MG/ES

BR-116/493/RJ/MG (CRT)

BR-040/495/MG/RJ (Concer)

Rodovias Integradas do Paraná

BR-060/153/262/DF/GO/MG (Concebra); BR-155/158/MT/PA; BR -135/316/MA; BR-163/MS; BR040/DF/GO/MG ("Via040").

Rodovias de Santa Catarina 3.153,37 KM

Relicitação BR 116/324/BA e BA 526/528 (ViaBahia)

Portos

Porto de Mucuripe/CE (MUC59)

Porto de Maceió/AL (MAC11)

Porto de Santos/SP (STS53)

Porto de Paranaguá/PR (PAR09)

Porto de Paranaguá/PR (PAR14)

Porto de Paranaguá/PR (PAR15)

Porto de Santos/SP (STS10)

Porto de Vila do Conde/PA(VDC10/10A)

Ferrovias

Renovação Ferrovia-MRS Logística SA

Renovação Ferrovia Centro Atlântica SA - (FCA)

Aeroportos

Aeroportos no Amazonas (8 PPP)

Obtivemos duas licenças ambientais em 2021, resultado dos esforços e investimentos realizados ao longo de vários anos.

Licenciamento ambiental (Emitidas)	Licença Prévia (LP)/Licença de Instalação (LI)
BR-282/SC (Entr. BR-153 – Entr. BR-480)	LP nº 1611/2021
BR-386/RS (Carazinho/RS – Canoas/RS)	LI nº 1388/2021

Estudos de licenciamento ambiental para estruturação de concessões de rodovias e arrendamentos portuários	
Rodovias;	BR-381/262/MG/ES
Portos	Rodovias Integradas do Paraná
	BR-060/153/262/DF/GO/MG (Concebra); BR-155/158/MT/PA; BR -135/316/MA; BR-163/MS; BR [1]040/DF/GO/MG ("Via040").
	Canal de Paranaguá/PR (PAR09; PAR14; PAR15)

Estudos protocolados nos Órgãos Ambientais
BR 101/BA - FUNAI
BR 158/MT - FUNAI
BR 364/MT/RO - IBAMA
BR 476/PR - EIA/RIMA realizado no IAT
BR 153/PR/SC - IBAMA
BR 364/060/MT/GO - IBAMA
BR 364/MT/RO - IBAMA

ESTUDOS E FERRAMENTAS DE APOIO À DECISÃO (OBSERVATÓRIO NACIONAL DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA - ONTL)

As ferramentas de apoio à decisão permitem a implantação e a gestão de infraestrutura e de transportes, cujos dados estratégicos são mantidos e aperfeiçoados, continuamente, por meio do Observatório Nacional de Transporte e Logística (ONTL), o qual é composto de um sistema de informações que subsidia a elaboração de estudos, diagnósticos, painéis analíticos gerenciais, portais de dados, visualizadores de mapas e dados especiais.

O principal objetivo do Observatório Nacional de Transporte e Logística – ONTL é responder às necessidades de informação existentes em relação à infraestrutura, transporte e logística, consolidando e disseminando conhecimento, além de proporcionar uma visão global e transversal do setor. Por outro lado, o ONTL é uma ferramenta útil para subsidiar os processos decisórios, apoiando a missão da EPL no planejamento dos transportes e da logística do Brasil.

O planejamento, de maneira geral, é a peça-chave para a tomada de decisões, sobretudo se o ato de planejar for permeado de informações concisas e atualizadas sobre o setor. Manter-se atualizado não significa apenas captar informações, mas sim estruturá-las com procedimentos

metodológicos a fim de se construir uma inteligência capaz de gerar respostas as perguntas sobre transportes, visando às ações que alcancem resultados práticos, eficientes e duradouros. Acesso ao ONTL por intermédio: <https://ontl.epl.gov.br/>.

PLANEJAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

A linha de atuação no planejamento da infraestrutura, da logística e dos transportes no país possibilita a realização de estudos que harmonizam e integram diferentes instrumentos para que os níveis de decisão estratégica, tática e operacional sejam exercidos como uma cadeia auto

dependente, reduzindo a probabilidade de conflitos e inconsistências, a fim de promover iniciativas, programas ou ações integradas.

No ano de 2021, em planejamento, realizamos as seguintes atividades:

- Conclusão do Plano Nacional de Logística – PNL 2035;
- Desenvolvimento do Plano Setorial Hidro-viário – PSH;
- Desenvolvimento do Plano Setorial Portuário – PSPort;
- Desenvolvimento Plano Setorial de Transportes Terrestres – PSTT;
- Desenvolvimento dos Planos Mestres Portuários; e
- Desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento dos Portos de Paranaguá e Antonina – PDZ APPA.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM PROL DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Destaca-se que a EPL compõe o Comitê de Gestão Ambiental (COGEA), criado no âmbito do Ministério da Infraestrutura, conforme a Portaria GM nº 2866, de 28/06/2019.

O citado comitê tem como objetivo garantir a implementação das Diretrizes Socioambientais e tratar de matérias relacionadas aos procedimentos de licenciamento e regularização ambiental, execução e gestão de programas.

A agenda de sustentabilidade do Ministério da Infraestrutura para o período de 2020-2022 foi estipulada pela Portaria GM nº 4, de 31/01/2020,

e é composta por 5 diretrizes, subdividida em 15 linhas de ação que se desdobra em ações.

Assim, em cumprimento a essa agenda de sustentabilidade, a EPL desenvolveu diversas ações, sendo a de maior destaque a que tange à redução de resíduos poluentes.

O estudo de viabilidade da Rodovia Presidente Dutra prevê a implantação do Programa Carbono Neutro, cujo objetivo é realizar os inventários das emissões de Gases de Efeito Estufa, relativas às atividades de operação do sistema rodoviário e compensá-las por meio de projeto de plantio

compensatório e/ou reflorestamento, compra de créditos de carbono no mercado regulado ou voluntário ou ainda mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

Esse programa está sendo aplicado também em estudos de viabilidade de portos, como terminal

STS10, em Santos, e Concessão do Porto Organizado de Itajaí.

A partir das 5 diretrizes, subdividia em 15 linhas de ação, a EPL adotou as ações a seguir descritas.

Diretriz 1 - Promover a inserção dos aspectos socioambientais e territoriais nas políticas públicas, planos e programas intersetoriais da infraestrutura de transporte.

Linha de Ação	Ação Adotada pela EPL
1.2: Aprimorar a inserção das variáveis socioambiental e territorial nas fases de planejamento, projeto, implantação e operação.	Elaboração de protocolos de atuação referente aos aspectos socioambientais no âmbito das estruturações das concessões. Revisão da abordagem socioambiental nas minutas de Programa de Exploração de Rodovias e contratos das concessões.
1.3: Consolidar canais de comunicação, articulação institucional e interação.	Comunicação constante entre as áreas, planejamento das ações, participação em vistorias e na elaboração de documentos, todos em conjunto com o Minfra. Trabalho de padronização dos programas ambientais com a participação das vinculadas e consolidado pelo Minfra. https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/licenciamento-ambiental
1.4: Promover o desenvolvimento de capacidades para a gestão socioambiental e territorial.	Participação em cursos oferecidos pela EPL ou disponíveis pela ENAP, quais sejam: <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação SICRO/SINAP – orçamento de obras de infraestrutura • Capacitação Licenciamento Ambiental Federal – Módulo Básico - ENAP

Diretriz 2 - Promover a inserção das questões relacionadas à mudança do clima na infraestrutura de transportes.

Linha de Ação	Ação Adotada pela EPL
2.1 - Promover a institucionalização do tema de mudança do clima, seja adaptação ou mitigação, garantindo a sua integração e consideração nas atividades e projetos do Ministério e suas vinculadas.	Desenvolvimento de programa Carbono Neutro, com inclusão do programa carbono neutro em projetos de estruturação da concessão Rodoviária e Portuária.

2.2 - Promover a gestão de riscos climáticos e adaptação à mudança do clima da infraestrutura de transportes.	Elaboração do caderno ambiental que fará parte do Plano Nacional de Logística considerando os riscos climáticos e as ações de adaptação (em execução).
2.3 - Adotar e promover medidas de mitigação da mudança do clima, visando à redução de emissões de GEE no setor.	Desenvolvimento de processo de certificação de empreendimentos de transporte. Para saber mais, acesse: https://www.epl.gov.br/greenbonds .

Diretriz 3 - Desenvolver projetos, estudos e pesquisas com maior qualidade socioambiental.

Linha de Ação	Ação Adotada pela EPL
3.2 - Ampliar e fortalecer as atividades de pesquisa em tecnologias e inovações do setor de transporte.	Parcerias com IFC (<i>Internacional Finance Corporation</i>) para elaboração de estudos com a temática ambiental para a estruturação das concessões
3.3 - Aprimorar instrumentos utilizados para contratação de estudos, projetos e pesquisas.	Capacitação da equipe e a metodologia de custos sendo atualizada para a estruturação das concessões e contratação de estudos ambientais.

Diretriz 4 - Fortalecer a gestão de processos de licenciamento ambiental de empreendimentos de infraestrutura de transportes, visando que sejam céleres.

Linha de Ação	Ação Adotada pela EPL
4.1 - Assegurar a eficiência processual possibilitando maior agilidade nas etapas de licenciamento ambiental.	Desenvolvimento de atividades em conjunto com o Minfra para padronização de planos e Programas ambientais Reuniões periódicas junto ao órgão licenciador.
4.2 - Aprimorar a gestão da informação sobre licenciamento ambiental.	Desenvolvimento de EIA/RIMA Digital: Ferramenta para disponibilizar os estudos de maneira sistematizada e georreferenciada.

Diretriz 5 - Aprimorar os procedimentos de gestão territorial da infraestrutura de transportes, assegurando os aspectos socioambientais.

Linha de Ação	Ação Adotada pela EPL
5.1 - Aperfeiçoar procedimentos de desapropriação e deslocamento compulsório.	Elaboração de banco de Normas e Jurisprudência, com consolidação dos normativos, leis, portarias e decisões judiciais, com base temática, aplicadas às diversas nuances da Gestão Territorial. E participação no COGEA.

5.3 - Promover a regularização de áreas afetas à infraestrutura.

Estudos de Viabilidade para Concessão: A EPL já possui papel relevante na elaboração de Estudos de Viabilidade de empreendimentos *Greenfield* e *Brownfield*. Para os novos empreendimentos, aborda-se a questão da regularização patrimonial, com maior rigor, ao pleitear a inclusão de obrigações nos contratos e no Programas de Exploração de Rodovias dos empreendimentos.

METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDAM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A seguir, as metas definidas no Plano de Negócios para o exercício de 2021, afetas as atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas:

Perspectivas	Objetivos	Índices	Metas	Resultados
1. Clientes e Sociedade	1.1 Diversificar e Formalizar Portfólio	1.1.1 Índice de Formalização de portfólio	38,09%	28,56%
	1.2 Centralizar o Planejamento da Infraestrutura Logística	1.2.1 Índice de Participação no Planejamento Integrado do Transportes	33,33%	33,33%
		1.2.2 Índice de Envolvimento da EPL em Investimentos Gerados Pelos Programas de Concessão	50%	71,15%
	1.3 Consolidar Evolução do Negócio da EPL	1.3.1 Índice de Menções Espontâneas e Positivas na Mídia Sobre a EPL	70%	94%

DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E DESEMPENHO

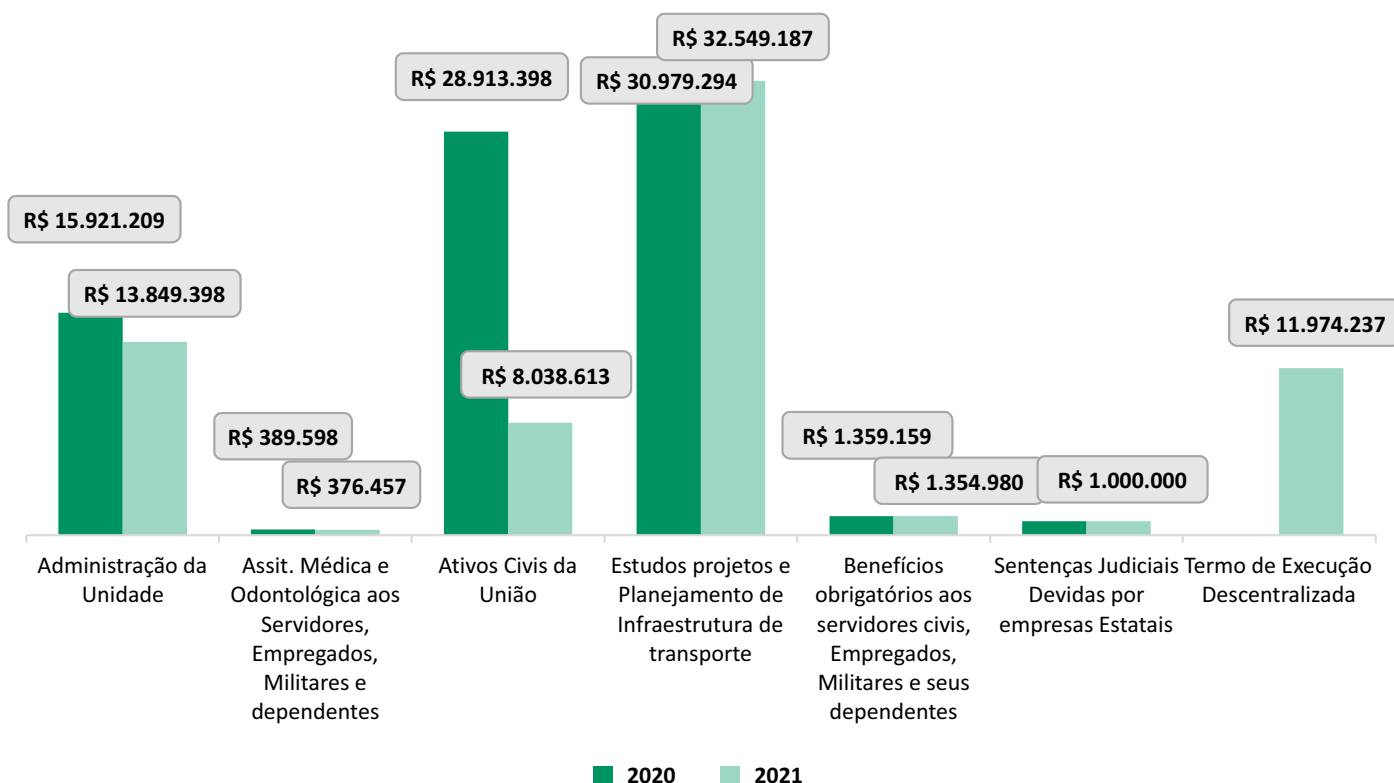
Os recursos empregados pela Companhia não se destinam a custear políticas públicas diretamente, mas, sim, as atividades desempenhadas que contribuem para permitir que outros órgãos, notadamente o MInfra, atinjam seus objetivos. Nos termos da legislação, a Companhia é dependente do Tesouro Nacional.

Sendo assim, a Empresa faz parte do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, na forma total em

relação ao Orçamento Geral da União - OGU, conforme disposto na Lei nº 4.320, de 17/03/1964. Em relação à apresentação das demonstrações financeiras, consideram-se os aspectos societários da Lei nº 6.404/1976, com as alterações promovida pela Lei nº 11.638/2007. Quanto aos referenciais atinentes às despesas com pessoal (encargos e benefícios assistenciais) e sentenças judiciais, seguem sob a égide da Secretaria de Orçamento Federal - SOF.

No exercício de 2021, a dotação atualizada da EPL foi de R\$ 83 milhões de reais. Em comparação ao exercício anterior, houve redução de 13% da dotação orçamentária alocada na Ação 2000 - Administração da Unidade (ação responsável pela gestão e manutenção da estrutura da EPL) e acréscimo de 5% em relação à Ação 20UC -

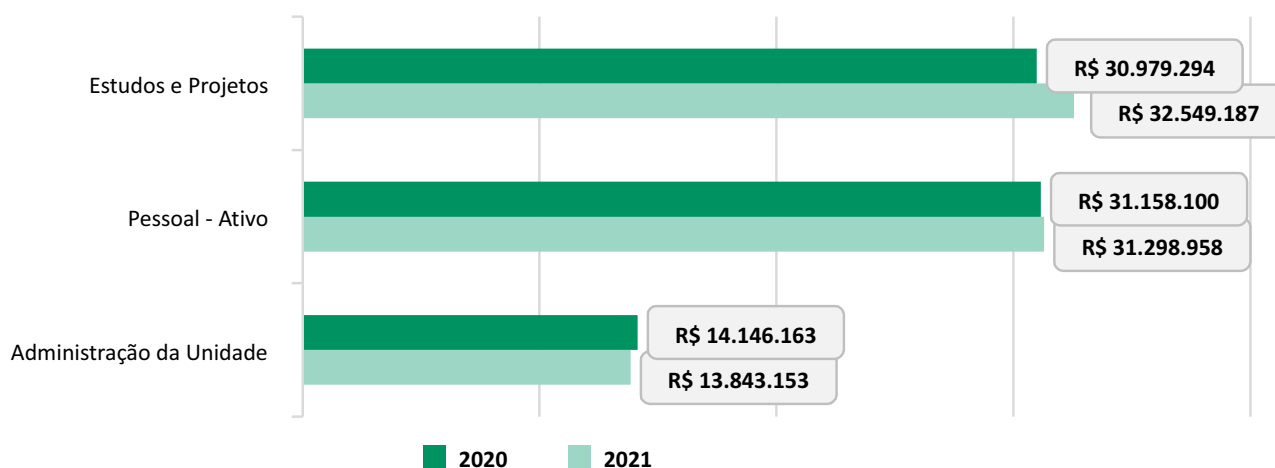
Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes, como representado na tabela abaixo. Além disso, a EPL celebrou em 2021 Termos de Execução Descentralizada – TEDs, no valor de R\$ 11.974.237,00, para execução de estudos e projetos.



O gráfico a seguir demonstra as despesas empenhadas no exercício de 2021 em relação a

2020, considerando as Ações Orçamentárias mais significativas da Empresa.

Despesas Empenhadas



Nesse sentido, apesar da restrição de limitação orçamentária e a crise imposta pela pandemia à execução das despesas discricionárias, alcançou-se o percentual de 99,95% para a Ação 2000 - Administração da Unidade e de 100% para a Ação 20UC - Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes.

O citado incremento na Ação 20UC e os TEDs possibilitaram a execução de projetos essenciais para o desenvolvimento no setor de infraestrutura de transportes, o que acelerou a entrega dos projetos em curso e viabilizou que novos contratos fossem firmados.

Noutro giro, os valores empenhados para o suporte administrativo da Empresa em 2021 forem inferiores a 2020, ou seja, o crédito dispendido para manutenção das atividades de apoio na EPL foi menor.

Diante do trabalho de qualidade exercido pela instituição, o Governo Federal, Estados e Municípios têm demandado o desenvolvimento de projetos nos mesmos moldes para suas regiões, o que vai ao encontro da estratégia da EPL de ampliação do portfólio e cumprimento da missão de planejar a logística e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura de transportes.

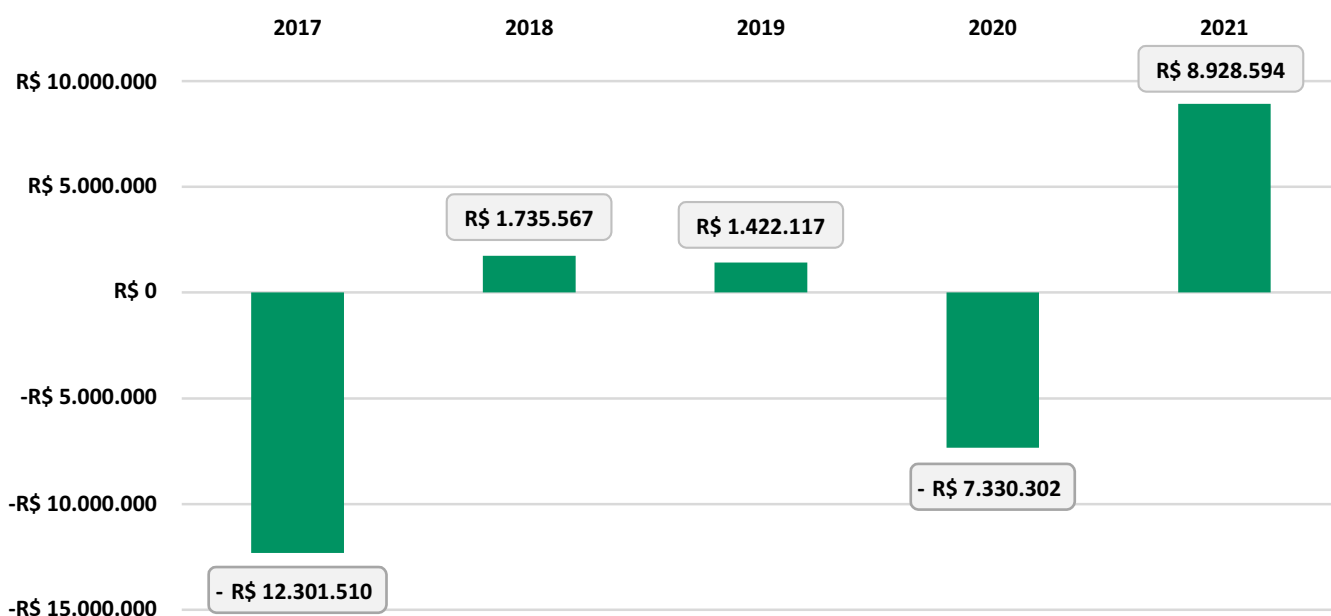
Ponto que merece destaque é o avanço expressivo na captação de receitas próprias. Para tanto,

firmamos contratos com o Estado do Mato Grosso do Sul e com a Administração dos Portos de Paranaguá, marcos inéditos para a Companhia e que demonstram que a EPL continua trabalhando em sua meta de ampliar a prestação de serviços à sociedade, auferindo receitas para sustentar seu crescimento.

A solidez proporcionada por esses resultados, mesmo diante das dificuldades impostas pela continuidade da pandemia da COVID-19, nos fortalece e nos dá a convicção que estamos prontos para assumir novos desafios e a produzir ainda mais para a sociedade, transformando-a positivamente.

A EPL, por ser uma empresa estatal, tem a possibilidade de dotar o Estado de flexibilização, celeridade e adaptação, que os mecanismos de controle próprios das pessoas jurídicas de direito público não permitem, com isso possui atuação mais eficiente do que o Estado, principalmente na área econômica.

Nesse contexto, tomando por base as informações financeiras das Demonstrações Contábeis, constata-se que em 2021 a Empresa apresentou uma lucratividade expressiva, atingindo uma arrecadação própria de R\$ 19.433.230,57, com uma margem de lucro na ordem de R\$ 8.928.594,00, conforme mostrado na figura a seguir.



Assim, o resultado alcançado permitiu acumular o montante de recursos próprios de R\$ 43.985.714, que estão aplicados em fundos de investimento extramercado da Caixa Econômica Federal, em conformidade com a Resolução do BANCEN nº 3.284/2005, podendo ser utilizados para financiar novos estudos, adquirir bens e despesas de custeio.

No encerramento de 2021 a Empresa demonstrou ter capacidade para honrar seus compromissos de curto e longo prazo. Com relação ao índice de endividamento, praticamente não houve

variação relevante em relação à 2020.

O quadro a seguir apresenta os indicadores do desempenho da EPL em 2021, que auxiliam na mensuração da situação econômico-financeira e o alinhamento de tomada de decisão à estratégia da Empresa. Destaca-se que tais indicadores foram elaborados com base nas demonstrações financeiras de cada exercício, as quais foram preparadas de acordo com práticas contábeis regulamentadas e divulgadas nos relatórios de gestão anuais da EPL.

Indicador	2020	2021	Referência	Comentário
Liquidez corrente Ativo Circulante /Passivo Circulante	3,07	2,70	>1	Demonstra que a empresa possui disponibilidade imediata para reverter e honrar suas dívidas a curto prazo. Importante salientar que, como empresa dependente do orçamento fiscal, o uso das disponibilidades está condicionado à aprovação em lei orçamentária.
Liquidez Geral (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	2,28	2,06	>1	Representa a capacidade da empresa de honrar seus compromissos de curto e de longo prazo, sem alienação dos imobilizados e intangível.
Endividamento PC (Passivo Circulante) + PNC (Passivo Não Circulante) / Passivo Total	0,16	0,18	<1	É a representação de quanto a empresa tem em dívida com terceiros sobre seu patrimônio próprio. Em 2021, o indicador aponta uma manutenção no índice, se comparado ao ano anterior.

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

Conforme esclarecido, a EPL não executa diretamente políticas públicas, tendo em vista que os estudos e projetos desenvolvidos pela Companhia subsidiam o Ministério da Infraestrutura, formulador e executor das políticas públicas.

Entretanto, o desempenho da EPL ao longo desse último exercício permitiu o alcance de importantes benefícios, todos vinculados ao

interesse coletivo e voltados à Sociedade, suportados por práticas de gestão eficientes, eficazes e econômicas.

Apesar da estratégia e do planejamento bem definidos, as empresas públicas estão sujeitas as variáveis externas que podem impactar a sua performance, bem como o planejamento de suas atividades.

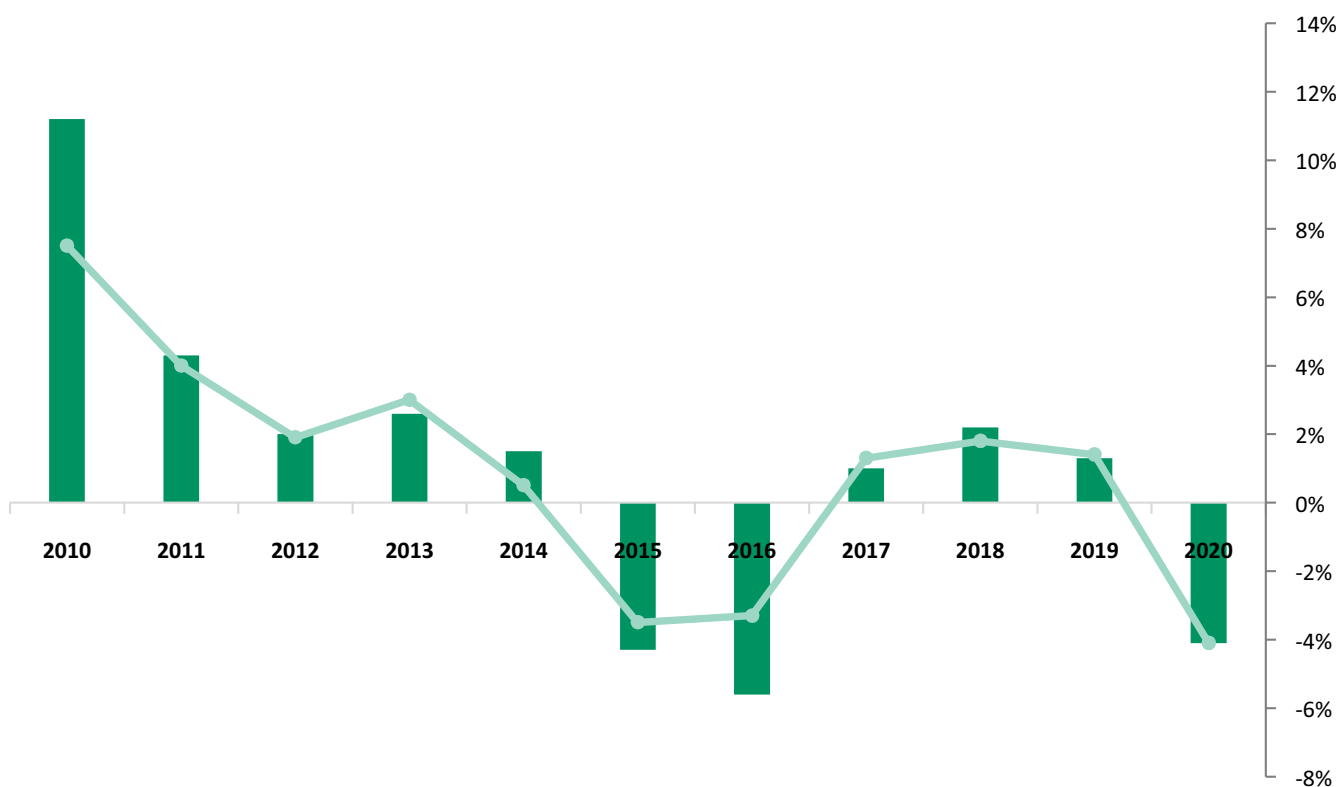
Em 2021, o evento externo preponderante que impactou as atividades da EPL foi a continuidade da pandemia do coronavírus, com o surgimento de novas variantes. No entanto, o desenvolvimento do setor nacional de vacinação permitiu ao país avançar nesse aspecto, garantindo mais de 64% da população brasileira com o ciclo vacinal completo até o final de 2021.

Outro ponto positivo surgiu por intermédio do retorno do pagamento do auxílio emergencial, permitindo uma melhora nos níveis de consumo desse público. Conforme o IPCA-15, o ano fechou com a taxa de inflação em 10,42%.

O primeiro trimestre de 2021 foi marcado por um crescimento surpreendente, apresentando uma alta de 1,2% e retorno do PIB ao patamar anterior à Pandemia. Após o crescimento destacado no primeiro trimestre, o país apresentou uma situação de recessão técnica. Com isso, a previsão para o crescimento do PIB para fechamento de 2021 era de 4,5%.

Em 2020, no setor da infraestrutura, o PIB do setor de transportes apresentou uma variação negativa de 9,2% em relação a 2019. A figura a seguir mostra o comportamento do setor:

Varição do PIB de Transporte (IBGE)



Nesse contexto, a estratégia adotada pela EPL possibilitou o êxito no atendimento de todas as demandas direcionadas a Companhia, em especial do MInfra, a quem a EPL apoiou em mais de 70% dos projetos do programa de concessões, superando a meta estabelecida para o período que era de 50%.

Além disso, em 2021 a meta em planejamento de transportes foi cumprida, tendo em vista que foi

entregue o Plano Nacional de Logística 2035 e iniciado o Plano Setorial portuário, conforme os termos da Portaria Minfra nº 123/2020.

Os projetos desenvolvidos pela Companhia em 2021 viabilizarão a criação de mais de 2.895.870 empregos no país, além de promover maior segurança viária, com menos acidentes e menores custos logísticos.



16.443 km

Rodovias estudadas



18.935 km

Ferrovias estudadas



2.859.870

De empregos gerados pelos projetos desenvolvidos pela EPL.



R\$ 19,433mi

De receita própria em 2021

Os benefícios efetivamente percebidos pela sociedade e a eficiência na gestão dos custos envolvidos podem ser destacados, conforme cada projeto desenvolvido.

Benefícios gerados por projeto rodoviário:

Projeto	Quilôm. ² (kms)	CAPEX (R\$)	Empregos Diretos	Empregos Indiretos	Efeito Renda	Total Empregos
BR-101/116/RJ/SP ("Dutra")	625,8	R\$14.8 bi	71.208	33.581	109.644	214.433
BR-163/230/MT/PA	1009,5	R\$1.76 bi	8.468	3.993	13.039	25.500
BR-153/080/414/TO/GO	850,7	R\$7.817 bi	37.610	17.737	57.311	113.258
BR-381/262/MG/ES	670,64	R\$7.36 bi	35.411	16.700	54.526	106.637
BR-116/493/RJ/MG ("CRT")	727	R\$9.22 bi	44.361	20.920	68.305	133.586
BR-040/495/MG/RJ ("Concer")	443	R\$7.2 bi	34.642	16.337	53.340	104.319
Rodovias Integradas do Paraná	3328	R\$44.21 bi	212.709	100.312	327.524	640.545
BR-060/153/262/DF/GO/MG ("Concebra")	1176,5	R\$10 bi	48.113	22.690	74.084	144.887
Rodovias Santa Catarina	3153	R\$30 bi	144.340	68.069	222.251	434.660
BR-101/RJ e BR-356/MG/RJ ("Autopistas fluminense"); BR- 155/158/MT/PA; BR-135/316/MA; BR-163/MS; BR-040/DF/GO/MG ("Via040").	3666,8		Em estudo			

¹ Fonte: ONTL – Simulador de empregos

² Fonte: Site Programa de Parcerias de Investimentos

Benefícios gerados por projeto ferroviário:

Projeto	Quilôm. ² (kms)	CAPEX (R\$)	Empregos Diretos	Empregos Indiretos	Efeito Renda	Total Empregos
MRS Logística	1674	R\$16.77 bi	80.686	38.051	124.238	242.975
Ferrovia Centro Atlântica – FCA	7215	R\$13.82 bi	66.493	31.357	102.384	200.234
Ferrogrão (EF-170)	933	R\$25.20 bi	121.246	57.178	186.691	365.115
Rumo Malha Sul	7223			Em estudo		
FICO/FIOL	1878			Em estudo		

¹ Fonte: ONTL – Simulador de empregos

² Fonte: Site Programa de Parcerias de Investimentos

Benefícios gerados por projetos portuários:

Projeto	Quilôm. ² (kms)	Empregos Diretos	Empregos Indiretos	Efeito Renda	Total Empregos
Porto Organização de Itajaí/SC	R\$2,8 bi	13.472	6.353	20.743	40.568
STS53	R\$658,83 mi	3.170	1.495	4.881	9.546
STS10	R\$2,22 bi	10.585	4.992	16.298	31.785
STS11	R\$758 mi	3.647	1.720	5.616	10.983
PAR32	R\$28,54 mi	137	65	211	413
STS08	R\$265,48 mi	1.277	602	1.927	3.846
STS08A	R\$791,78 mi	3.810	1.797	5.866	11.473
MUC01	R\$47,7 mi	230	108	353	691
PAR09	R\$490,13 mi	2.358	1.112	3.631	7.101
PAR14	R\$124,29 mi	598	282	921	1.801
PAR15	R\$ 162,88 mi	784	370	1.207	2.361
MAC13	R\$57,89 mi	278	131	429	838
STS53	R\$685,83 mi	3.300	1.556	5.081	9.937
TERSAB	R\$164,11 mi	790	372	1.216	2.378

¹ Fonte: ONTL – Simulador de empregos

² Fonte: Site Programa de Parcerias de Investimentos

No exercício de 2021, a EPL avançou com o objetivo de diversificação de portfólio, iniciando os estudos em projetos aviários: estruturação da 1ª rodada de Parcerias Público Privadas - PPPs, com o bloco dos aeroportos do Amazonas, quais sejam: Aeroporto de Parintins; Aeroporto de Carauari; Aeroporto de Coari; Aeroporto de Eirunepé; Aeroporto de São Gabriel da Cachoeira; Aeroporto de Barcelos; Aeroporto de

Lábrea e Aeroporto de Maués. Sendo que os benefícios ainda estão em mensuração. Além destes, destaca-se o contrato assinado com o governo do Mato Grosso do Sul para desenvolvimento do Diagnóstico Logístico daquele Estado.

Quanto ao licenciamento Ambiental foram desenvolvidos estudos referentes à 2.886 quilômetros de rodovias.



GOVERNANÇA CORPORATIVA



A EPL é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, cujos membros são avaliados conforme os requisitos e as vedações relacionados no Estatuto Social da empresa e nos principais normativos disciplinam o tema (Lei nº 6.404/1976, Lei nº 13.303/2016 e Decreto nº 8.945/2016). Como requisitos essenciais para ocupação dos cargos destacam-se a reputação ilibada, o conhecimento técnico, a formação acadêmica, a experiência profissional e a ausência de conflito de interesses.

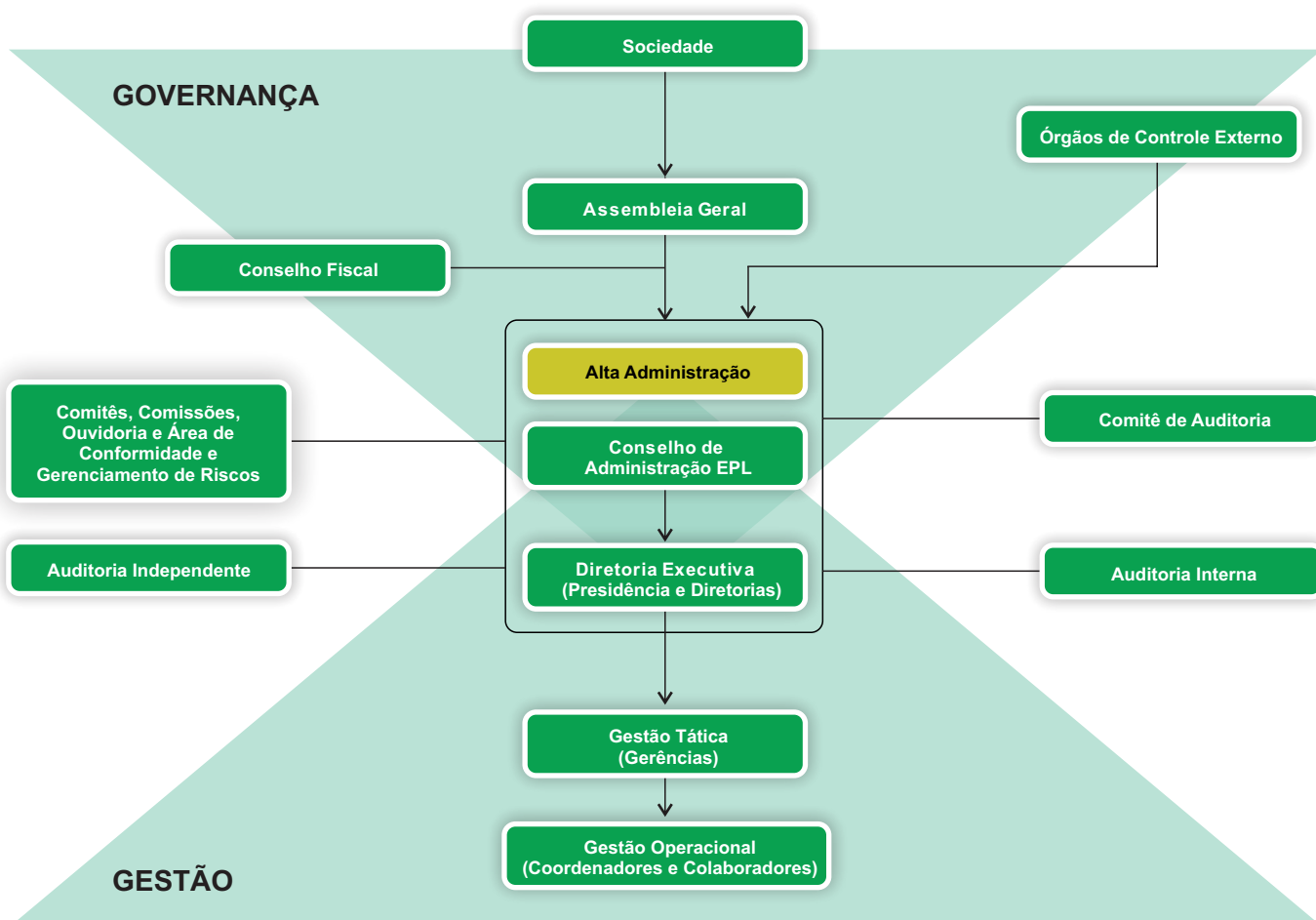
Quanto a sua estrutura, a EPL é composta pela Assembleia Geral e os seguintes órgãos estatutários: Conselho de Administração – CONSAD; Diretoria Executiva - DIREX; Conselho Fiscal - CONFIS; Comitê de Auditoria - COAUD; e o Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

Além dos seus diversos órgãos estatutários, a estrutura de governança da EPL também é composta por três unidades internas que contri-

buem para os controles internos e gerenciamento de riscos inerentes às atividades da empresa, a saber: Ouvidoria, Auditoria Interna e Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos.

O sistema de governança corporativa da EPL, de acordo com o estabelecido pelo Decreto nº 9.203, de 2017, fundamenta-se em três pilares mestres: direcionar, avaliar e monitorar. Nele está envolvida toda a estrutura organizacional, adotando processos de trabalho, ferramentas e documentos de forma a promover o melhor fluxo processual e o incremento da participação dos diversos atores que interagem com a Empresa.

Tal situação, representada na figura a seguir, possibilita a sinergia de todos os colaboradores com os controles internos e o gerenciamento de riscos, no entanto, destacam-se as unidades organizacionais que contribuem para essas atividades na Empresa, conforme o Estatuto, a saber: Ouvidoria, Auditoria Interna e Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos.



ESTRUTURAS DE CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS

A Empresa tem como referência o Modelo de 3 Linhas, metodologia utilizada pelo The Institute of Internal Auditors - IIA na identificação das estruturas e dos processos que melhor auxiliam no atingimento dos objetivos, facilitando o gerenciamento de riscos e fortalecendo a governança.

A gestão cumpre os papéis de 1ª e 2ª Linhas e

têm na 3ª Linha (Auditoria Interna) a responsável pela supervisão, inspeção, análise, correção e prevenção, entretanto não são considerados elementos estruturais que atuam de forma sequencial, mas, sim, simultaneamente. O alinhamento dessas atividades contribui para a proteção do valor da Empresa bem como a priorização do atendimento do interesse público.



Apoiada na estrutura de Governança da EPL, na Auditoria Interna, na área de conformidade e de gestão de riscos e ouvidoria, além do comprometimento da Comissão de Ética, a Companhia logrou êxito na condução segura e transparente nas suas áreas de atuação, promovendo a sinergia necessária com as Gerências responsáveis pela execução dos processos finalísticos e de apoio, com a qualidade e os benefícios de efetividade e economicidade.

A Empresa mantém um link específico de Transparência (<https://www.epl.gov.br/transparencia-e-prestacao-de-contas>) em sua página na rede mundial de computadores, onde disponibiliza à Sociedade informações sobre:

estrutura organizacional e de governança, gestão de resultados, ações de supervisão, informações financeiras e orçamentárias, pessoas e administração, acesso à informação, documentos de divulgação obrigatória e Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Deve-se destacar o papel desempenhado pela Ouvidoria, de acordo com a determinação da Instrução Normativa nº 01 da Ouvidoria-Geral da União, de 5 de novembro de 2014, que regula os seus procedimentos.

O atendimento da Ouvidoria é feito de forma eletrônica por intermédio do [Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação](#),

no qual qualquer pessoa, física ou jurídica, inclusive do exterior, pode apresentar sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias.

Ao registrar a solicitação a respeito de qualquer um dos temas referentes à EPL, será possível acompanhar todos os prazos por meio do número de protocolo gerado e receber a resposta da solicitação por e-mail ou carta. Caso não se satisfaça com as respostas à sua demanda, o

cidadão poderá, ainda, entrar com recurso, apresentar reclamações e registrar as falhas que considerar graves.

Todo esse esforço refletiu na avaliação de transparência dos portais da Administração Pública Federal - Etapa 3 (Empresas Estatais), realizado pelo Tribunal de Contas da União que concedeu a 2ª colocação à EPL, entre as 56 estatais federais avaliadas.

ATIVIDADES EM GERENCIAMENTO DE RISCOS

Em 2021, a EPL iniciou os estudos e debates entre a Gerência de Organização e Estratégia, o Comitê de Auditoria Estatutário e Auditoria Interna para a revisão da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos (aprovada pelo Conselho de Administração em 2017).






A nova Política de Gestão de Riscos Corporativos da Empresa foi aprovada na 3ª reunião ordinária do Conselho de Administração da EPL, em março de 2022, e encontra-se disponível em <https://intranet.epl.gov.br/politica-de-gestao-de-riscos-corporativos>. Em ambas as políticas, a EPL definiu as competências e a metodologia de gerenciamento de riscos a ser aplicada.

Na política vigente, a EPL estabelece como metodologia àquela fornecida pelo *The Committee*

of Sponsoring Organizations (COSO) Enterprise Risk Management Framework (ERM) bem como as boas práticas adotadas no setor público. Portanto, fundamenta-se na proteção dos riscos de natureza operacional, financeira, estratégica e de conformidade.

Neste aspecto, foram identificados, analisados e avaliados os riscos estratégicos da EPL que, após confrontação dos controles internos existentes e estabelecida a devida prioridade, receberam propostas de controles por intermédio de planos de ações e vem sofrendo monitoramento das execuções e resultados.

Destacam-se entre os riscos mapeados os seguintes:

PRINCIPAIS RISCOS					
	Quadro reduzido de recursos humanos	Restrições Orçamentárias	Agenda do Governo Federal de desestatização e desinvestimentos	Vazamento de Dados	Perda do conhecimento gerado na EPL
MITIGAÇÃO	Busca de parcerias de diversas naturezas com atores externos e contratações.	Planejamento orçamentário de execução de contratações e de atividades programadas para o exercício com monitoramento constante.	A EPL não se isenta da possibilidade de modificações em sua estrutura como empresa pública, razão pela qual tem estruturado os seus processos de forma a consolidá-los e prover a continuidade do negócio.	Revisão da política de segurança da informação e continuidade de atualização do sistema de segurança da informação.	Desenvolvimento da Política de Gestão do Conhecimento; Elaboração de Procedimento Operacional Padrão (POP); e Termo de Responsabilidade de Confidencialidade.

Quanto à insuficiência de pessoal, a EPL enfrentou a situação com busca de parcerias com outras instituições, bem como ações de capacitação de pessoal, a fim de valorizar os seus profissionais por intermédio de uma aprendizagem contínua. Nesta, o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) foi o norteador das ações de capacitação, definindo os eixos prioritários a serem oferecidos aos empregados, com vistas à atualização e ao desenvolvimento das competências de interesse da Empresa. Assim, a meta fixada para o PDP em 2021 que era de 70% foi superada, sendo atingido o percentual de 85%.

Outro risco relevante foi o orçamentário/financeiro. Para assegurar o alcance dos objetivos estratégicos da Empresa, a Alta Administração orientou a sua gestão para a alocação otimizada dos recursos e atuou de forma eficaz e tempestiva junto aos órgãos competentes. Além disso, diversificou o portfólio de negócios, no intuito de incrementar os recursos à disposição da Empresa.

Comparando-se ao último exercício social, pode-se perceber que não ocorreram alterações significativas nos principais riscos: Quadro

reduzido de Recursos Humanos, Restrições orçamentárias, Perda de conhecimento gerado pela EPL, Vazamento de Dados e Agenda do Governo Federal de desestatização e desinvestimentos.

Deve-se destacar a não progressão da proposta de fusão com a VALEC, apesar de não ter sido considerado um risco, pois, segundo a convicção do controlador de ambas, seria uma oportunidade/benefício. Considera-se a desaceleração da fusão, uma reversão nas incertezas geradas e um impacto positivo na força de trabalho da Companhia.

A atitude transparente e ética da Diretoria Executiva no tratamento e na comunicação com os colaboradores são mecanismos que mitigaram o impacto dos riscos identificados.

O resultado de todo esse esforço se traduz no desempenho da Companhia, na arrecadação de receita própria e na utilização parcimoniosa e coerente do orçamento disponibilizado, onde custos operacionais foram reduzidos sem influenciar negativamente a competitividade da EPL.

POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

O fomento à cultura de governança é muito importante para EPL. Nesse sentido, a Empresa atua em diferentes frentes, direcionando suas ações para consolidar a gestão estratégica, de riscos e integridade, em consonância com as melhores práticas do mercado.

As práticas internas são orientadas por um conjunto de documentos necessários à regulamentação das atividades desenvolvidas pela empresa. Os instrumentos normativos têm caráter estratégico: políticas, normas e programa de integridade da EPL.

É importante destacar que em 2021 o Conselho

de Administração aprovou duas novas políticas, a saber: Política de Divulgação de Informações Relevantes e a Política de Propriedade Intelectual. Além disso, em 2021 foi atualizado o Programa de Integridade da EPL e, também, teve início a atualização da Política de Gestão de Riscos Corporativos, com finalização no primeiro trimestre de 2022, e a Política de Transações com Partes Relacionadas.

O Programa de Integridade visa garantir um ambiente corporativo cada vez mais íntegro, fortalecer os valores da ética, honestidade e transparência das atividades e aprimorar a governança institucional.

O Programa está estruturado em 21 ações, que contêm atos para mitigação dos riscos de fraude e corrupção:

- Atualização do programa de Integridade;
- Revisão do Código de Ética e Conduta;
- Revisão da Política de Integridade;
- Verificar a “due diligence” para contratações relativas à conflito de interesses;
- Revisão da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos;
- Revisão de normas e regulamentos internos;
- Treinamentos ou ações sobre a gestão de riscos, ética e integridade;
- Treinamentos de Licitações e Contratos;
- Divulgar os canais de denúncia;
- Relatórios periódicos à Administração;
- Aperfeiçoar a Unidade de Correição;
- Revisão de norma de apuração de responsabilidade
- Executar as ações do PAINT;
- Monitorar as ações previstas no PAINT;
- Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis;
- Monitoramento dos Riscos;
- Testar os Controles Internos da Presidência;
- Testar os Controles Internos da Diretoria de Gestão;
- Testar os Controles Internos da Diretoria de Planejamento; e
- Revisar a estrutura do Programa de Integridade.

A EPL segue as boas práticas de governança corporativa e as diretrizes do Tribunal de Contas da União (Referencial Básico de Governança), da Controladoria Geral da União (Programa de Integridade e Gestão de Riscos) e da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia.

Todo o esforço realizado pela Companhia com o aperfeiçoamento dos mecanismos de governança restou refletido na avaliação do Tribunal de Contas da União – TCU, na qual a Empresa

alcançou a classificação no nível aprimorado (o mais alto da avaliação), conforme Índice de Governança e Gestão (IGG-TCU), melhor resultado dentre as 14 instituições vinculadas ao Ministério da Infraestrutura.

Além disso, a Corte de Contas, por meio da avaliação de transparência dos portais da Administração Pública Federal - Etapa 3 (Empresas Estatais), concedeu a 2ª colocação à EPL, entre as 56 estatais federais avaliadas.

Por fim, na avaliação realizada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia, a EPL alcançou a pontuação 7,79 e foi classificada no nível 2 do Indicador de Governança das Estatais – IG-Sest, com o aumento de pontuação em relação à avaliação anterior. Para o próximo ciclo, a EPL está empreendendo todos os esforços para alcançar o nível 1 na avaliação.

De acordo com o Estatuto Social da EPL, aprovado em 20 de abril de 2021 pela Assembleia Geral Ordinária, a remuneração será fixada anualmente em Assembleia Geral, nos termos da legislação vigente, sendo vedado o pagamento de qualquer forma de remuneração não prevista.

Neste sentido, a Companhia dispõe de Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remunera-

ção que visa, entre outras competências, assessorar os acionistas e o Conselho de Administração nos processos de remuneração dos administradores, conselheiros fiscais e demais membros de órgãos estatutários.

Salienta-se que a remuneração de administradores e dos empregados não está vinculada ao atendimento das metas e dos resultados na execução do plano de negócios e estratégia de longo prazo.

Respeitando o princípio básico de transparência e de acordo com a determinação do Art. 19 do Decreto nº 8.945, de 2016, a EPL divulga a remuneração dos administradores e conselheiros, de forma detalhada, no endereço eletrônico <https://www.epl.gov.br/gestao-de-pessoas> ou <https://www.epl.gov.br/remuneracao-de-cargos1>.

EPL	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
N.º Total de Membros Remunerados 31/12/2021	3	5	6 (3 suplentes)
Remuneração Fixa (a+b)	R\$ 1.121.792,56	R\$ 190.289,55	R\$ 115.397,31
a) Honorários	R\$ 967.357,84	R\$ 190.289,55	R\$ 115.397,31
b) Benefícios diretos e indiretos	R\$ 154.434,72	-	-

© 2022

Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL

Edifício Parque Cidade Corporate - Torre C

Via W4 Sul, Asa Sul, SCS Quadra 9,

Lote C, 7º e 8º andares

Brasília - DF - 70.308-200



www.epl.gov.br

institucional@epl.gov.br

